



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

324

4

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



03495440

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0005040-92.2008.8.26.0224, da Comarca de Guarulhos, em que é apelante ROSILEIDE AMANCIO DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelados DERLANDE BARROS DE VASCONCELOS (REVEL) e LEANDRO DOS SANTOS FERNANDES (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), ANDREATTA RIZZO E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 13 de abril de 2011.

CARLOS ALBERTO GARBI
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

VOTO Nº 6.493

Apelação com Revisão nº 0005040-92.2008.8.26.0224.

Comarca: Guarulhos (7ª Vara Cível).

Apelante: Rosileide Amâncio de Oliveira (Justiça Gratuita).

Apelados: Derlande Barros de Vasconcelos (Revel) e Leandro dos Santos Fernandes (Assistência Judiciária).

PROCESSUAL CIVIL. Efeitos da revelia. A autora ajuizou demanda com pedidos de indenização em face do condutor e do proprietário do veículo que teria supostamente atropelado seu companheiro. Embora citado, um dos réus deixou de apresentar contestação. Contudo, o outro réu, citado por edital, apresentou contestação através de seu curador. A defesa aproveitou a ambos os réus, o que afastou, portanto, os efeitos da revelia (art. 320, inc. I, do CPC).

ACIDENTE DE TRÂNSITO. Atropelamento. Pretensão da autora ao recebimento de indenização por danos morais em decorrência do falecimento de seu companheiro. A autora trouxe aos autos apenas o boletim de ocorrência dos fatos. No documento constou apenas que a vítima foi atropelada por veículo em circunstâncias que seriam apuradas. Logo, não há qualquer indicação da alegada culpa dos réus pela morte da vítima. Assim, por não ter a autora comprovado o fato constitutivo de seu direito (art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil), como lhe incumbia, o pedido de indenização deve ser julgado improcedente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

**exatamente como considerou a sentença.
Recurso não provido.**

1. Recorreu a autora da sentença que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais causados em razão da morte de seu companheiro. A morte da vítima foi supostamente causada pelo atropelamento de ônibus, pertencente ao corréu Leandro dos Santos Fernandes, e que era conduzido pelo corréu Derlande Barros de Vasconcelos. Sustentou a autora, no recurso, que tramitou ação criminal em face do condutor do veículo, que deixou de apresentar contestação, tornando-se revel na presente ação. Assim, diante da revelia, alegou que não cabe exame dos fatos.

O corréu Leandro dos Santos Fernandes apresentou resposta ao recurso.

É o relatório.

2. Pediu a autora a aplicação dos efeitos da revelia em relação ao corréu Derlande Barros de Vasconcelos, que deixou de apresentar contestação. Sucede que o corréu Leandro dos Santos Fernandes, por seu curador, apresentou contestação comum a ambos os réus, o que afastou os efeitos da revelia, conforme dispõe o art. 320, inciso I, do Código de Processo Civil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Superada esta questão, alegou a autora que seu companheiro teria sido atropelado por ônibus conduzido pelo corréu Derlande Barros de Vasconcelos.

Contudo, não há nos autos qualquer prova a este respeito. A autora juntou aos autos apenas o boletim de ocorrência. No documento constou apenas que a vítima foi atropelada pelo veículo em circunstâncias que seriam apuradas (fls. 17). Logo, não há qualquer indicação da culpa dos réus pela morte da vítima ou das circunstâncias do acidente, do qual quase nada se sabe.

Alegou a autora que o corréu Derlande Barros de Vasconcelos teria sido denunciado em ação criminal. Contudo, não trouxe a autora cópia dos autos da ação referida, o que prejudicou a prova da alegada culpa do réu.

Assim, por não ter a autora comprovado o fato constitutivo de seu direito (art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil), como lhe incumbia, o pedido de indenização deve ser julgado improcedente, exatamente como considerou a sentença, que deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

3. Pelo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

CARLOS ALBERTO GARBI
Relator